





Da gênese colonial ao crescimento no período atual: refletindo acerca da evolução da atividade industrial no território alagoano

Clevisson José da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Licenciado no Curso de Graduação em Geografia do Campus I da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - 2019 e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - 2021. Atualmente é pesquisador do Laboratório de Geografia Econômica e Planejamento Territorial (LAGEP-UNEAL), do Grupo Josué de Castro de Pesquisas Territoriais (GJC-UFAL) e do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN-USP), onde desenvolve pesquisa na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica e Urbana, atuando nos seguintes temas de pesquisa: Usos do Território, Circuitos da Economia Urbana, Setor Produtivo e Processo de Industrialização.

 <https://orcid.org/0000-0001-8680-2917>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0013>

Recebido em: 25/04/2023

Aprovado em: 11/01/2024



Da gênese colonial ao crescimento no período atual: refletindo acerca da evolução da atividade industrial no território alagoano

RESUMO

A análise da formação histórica se configura como essencial à compreensão da atual configuração territorial alagoana. Deste modo, objetiva-se analisar elementos da evolução da atividade industrial considerando a formação do espaço alagoano a partir de seus processos de ocupação e do desenvolvimento das principais atividades produtivas. Para isso, utilizou-se uma metodologia ancorada em pesquisa bibliográfica e documental. Alcançando principalmente os seguintes resultados: a) as atuais condições socioeconômicas do território alagoano resultam do seu processo formativo baseado no favorecimento de oligarquias locais; b) a evolução das atividades econômicas em Alagoas resultou em constantes transformações nas estruturas sociais, na organização da rede urbana e na circulação de mercadorias, pessoas e informações; c) os avanços técnicos e as modernizações que permitiram a renovação das materialidades no território alagoano foram decisivos para os avanços econômicos alcançados ao longo de sua formação territorial; e d) o contexto alagoano no início do século XXI apresenta possibilidades importantes a serem consideradas no planejamento territorial, com destaque às iniciativas locais dos diversos segmentos econômicos e sociais, necessitando do ativismo do Estado para crescerem solidamente.

Palavras-chave: formação histórica de Alagoas; processo de industrialização; crescimento econômico.

From colonial genesis to current growth: reflecting on the evolution of industrial activity in the territory of Alagoas

ABSTRACT

The analysis of the historical formation is configured as essential to the understanding of the current territorial configuration of Alagoas. Thus, the objective is to analyze elements of the evolution of industrial activity considering the formation of space in Alagoas from its occupation processes and the development of the main productive activities. For this, it used a methodology anchored in bibliographic and documental research. Achieving mainly the following results: a) the current socioeconomic conditions of the territory of Alagoas result from its formative process based on the favoring of local oligarchies; b) the evolution of economic activities in Alagoas resulted in constant transformations in social structures, in the organization of the urban network and in the circulation of goods, people and information; c) the technical advances and modernizations that allowed the renewal of the materialities in the territory of Alagoas were decisive for the economic advances achieved throughout its territorial formation; and d) the context of Alagoas in the beginning of the 21st century presents important possibilities to be considered in territorial planning, with emphasis on local initiatives of the various economic and social segments, needing the activism of the State to grow solidly.

Keywords: historical formation of Alagoas; industrialization process; economic growth.

Introdução

Herdadas do processo de formação histórica, as dificuldades econômicas sempre marcaram profundamente o território alagoano, as contas públicas complexas e a economia com base latifundiária, dominada pelas oligarquias da agroindústria canavieira impossibilitando um crescimento dinâmico para o estado.

No entanto, o início do século XXI trouxe mudanças marcadas por uma reestruturação produtiva decorrente da crise acentuada do tradicional setor agroindustrial canavieiro. Logo, a economia passou a conhecer consideráveis transformações, contudo, ainda permanecem as clássicas atividades econômicas, mesmo que com diminuição em termos de participação na economia estadual. Novos ramos produtivos têm se apresentado com potencialidade de crescimento neste território, garantindo sua parte da organização do espaço. É o caso das iniciativas industriais locais, que com características singulares, são frequentemente beneficiadas pela atual conjuntura econômica estadual a partir de uma maior atuação no mercado regional.

Objetiva-se no presente artigo tecer considerações acerca da formação do espaço alagoano a partir de seus processos de ocupação e do desenvolvimento das atividades produtivas, sobretudo da industrialização, no sentido de entender os problemas estruturais que permaneceram ao longo dos anos e persistem na atual organização do espaço. Para tanto, o estudo utilizou uma metodologia ancorada em duas etapas: pesquisa bibliográfica, recorrendo a estudos clássicos e contemporâneos sobre as bases do Nordeste brasileiro e de maneira específica sobre o estado de Alagoas; e pesquisa documental, com levantamento de documentos históricos, de dados e informações junto a órgãos oficiais públicos e privados.

Notas geográficas do histórico econômico alagoano

A discussão da formação histórica permite a interpretação dos processos sociais que resultaram nas atuais condições do espaço alagoano, contribuindo decisivamente para compreensão do processo de industrialização conhecido neste território. Para tanto, as bases econômicas passaram a ser apreendidas a partir da evolução das principais atividades produtivas, enquanto que as bases territoriais a partir das formas de ocupação que foram empreendidas.

A atividade extrativista do pau-brasil se constituiu como a primeira forma de

exploração do território alagoano, pois “na nova colônia a faixa de mata localizada no litoral de Pernambuco à Bahia era a mais rica em pau-brasil” (Carvalho, 2015, p. 13). No entanto, foi a partir do cultivo da cana-de-açúcar¹ nas terras alagoanas que o processo de ocupação do território se iniciou de maneira mais sistemática, ocupando de maneira intensa a área do litoral a partir da implantação de engenhos, que representaram por muito tempo a principal atividade produtiva.

O cultivo da cana-de-açúcar se constituiu ao longo da história como uma monocultura de forte presença em Alagoas, representando a atividade produtiva de maior expressão econômica no estado e persistindo até os dias atuais. Verificando a importância dessa atividade para o estado, Diéguas Júnior (1954, p. 20) esclarece que “tudo aí gira em torno da cultura da cana e do fabrico de açúcar”; e ainda Carvalho (2015, p. 48) enfatiza que “o complexo canavieiro é um dos pilares da história alagoana por sua participação na formação do território, desde o período colonial, e por sua continuada influência nos destinos da sociedade e do Estado”.

Deste modo, “é através da economia açucareira que se expande a colonização do território alagoano” (Diéguas Júnior, 2006, p. 49), contexto em que surgem os engenhos² como atividades modestas de produção de açúcar, de mel e de rapadura, usufruindo-se para isso de processos produtivos pouco técnicos e localizando-se principalmente em proximidade aos rios, fator que facilitava o transporte da produção na época. Por isso, nas abordagens da economia alagoana, a consideração desse gênero agrícola é essencial e se faz necessário trilhar um percurso histórico com início ainda no período colonial, com a exploração do Nordeste brasileiro a partir das plantações de cana.

Nesse contexto, os engenhos do tipo banguê constituíram-se num elemento indispensável para o início das atividades industriais do açúcar e a formação da sociedade alagoana. Representaram instalações fabris muito rudimentares que com o progresso técnico na produção e a evolução dos meios de transportes foi substituído pelas usinas, estas sendo unidades produtivas com maiores implementações técnicas, o que não elimina o papel importante que os engenhos tiveram para a produção açucareira em Alagoas.

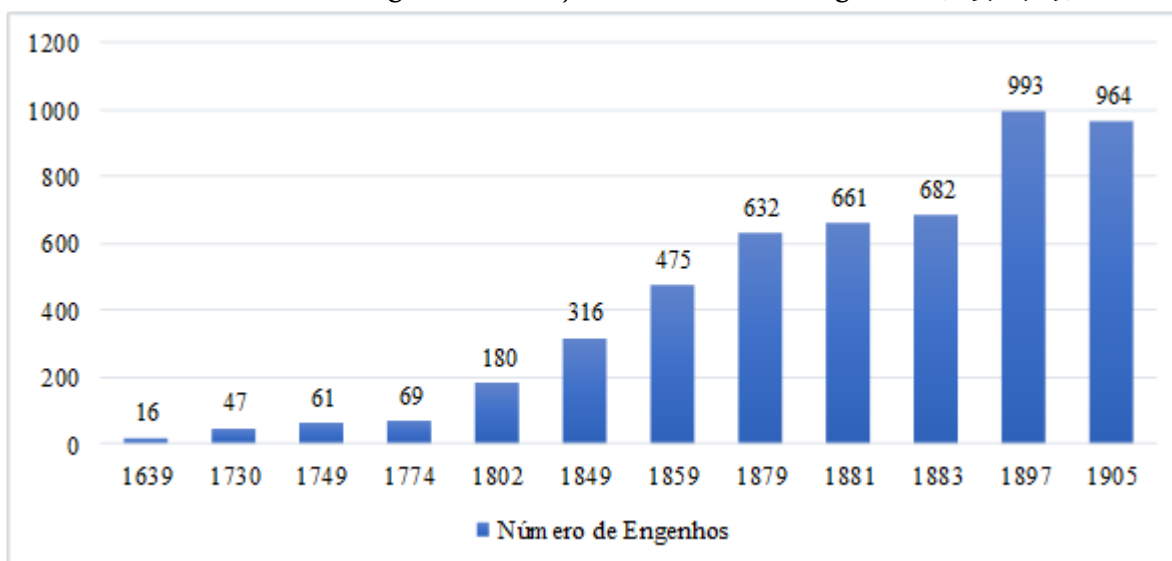
¹ Conforme apresenta Andrade (1981, p. 14), “Para implantar essa atividade agroindustrial tiveram os colonizadores de explorar a costa, desenvolver uma atividade extrativa de madeiras, sobretudo do pau-brasil, estabelecer a princípio feitorias e, posteriormente, vilas e cidades, desmatar grandes extensões e implantar engenhos de açúcar”.

² Para Guimarães (1989, p. 64), “Essa unidade produtora – o engenho – foi a célula da sociedade colonial, tornando-se por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dele nascera, medularmente feudal”.

A indústria alagoana sempre esteve intimamente ligada ao setor canavieiro, representando a principal base da economia, representando tema de grande interesse no meio acadêmico e científico local e regional. Afinal, além de seu valor econômico, a monocultura da cana-de-açúcar também tem sua importância tanto na ocupação do território a partir da afirmação dos primeiros núcleos urbanos³, como também pela participação na formação da sociedade alagoana, alcançando grande sucesso nessas terras principalmente pelas condições naturais propícias ao seu desenvolvimento.

A propósito, os dados indicados no Gráfico 01 ilustram a participação expressiva que os engenhos tiveram na história econômica de Alagoas, produzindo açúcar que era exportado principalmente para abastecer o mercado europeu⁴, com números sempre crescentes a cada intervalo de tempo, com exceção do período 1897-1905 que apresenta leve diminuição.

Gráfico 01 - Território alagoano: evolução do número de engenhos (1639-1905)⁵



Fonte: Sant'ana (2011). Elaboração própria.

Além da cana-de-açúcar, outras atividades econômicas também ganharam importância ao longo da formação deste território, como é o caso da pecuária, que teve expressividade sobretudo por permitir a ocupação do interior do estado. De acordo

³ De acordo com Carvalho (2015), os três primeiros núcleos urbanos de Alagoas foram Porto Calvo, Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro) e Penedo.

⁴ Para Andrade (1981, p. 14), “No caso do Nordeste o motivo econômico da ocupação foi atender à demanda de açúcar no mercado europeu, provocando, portanto, o desenvolvimento da atividade industrial, de fábricas, desde o século XVI”.

⁵ Aborda-se território alagoano considerando que somente a partir de 1817 ocorre a emancipação de Alagoas, antes disso o território que hoje representa o estado de Alagoas integrava a então província de Pernambuco. Os dados apresentados receberam tratamento das informações apresentadas textualmente em Sant'ana (2011).

com Carvalho (2015, p. 12),

Nesse processo de ocupação, os lusitanos organizaram a economia da parte sul da Capitania de Pernambuco, com a distribuição das sesmarias, iniciativa que permitiu a instalação dos dois principais elementos produtivos desse período de estruturação da colônia: os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocuparam o interior.

A ocupação do território alagoano ocorre pelo desenvolvimento de várias atividades produtivas, por um lado o cultivo da cana abastecia os engenhos no litoral, por outro os rebanhos de gado ocupavam o interior a partir das fazendas. De fato, “o povoamento de Alagoas foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, formaram uma sociedade profundamente hierarquizada” (Carvalho, 2009, p. 10). Além disso, outras atividades de menor proporção também participavam desse processo, como é o caso do fumo no interior⁶ e da agricultura com a produção de produtos alimentares, principalmente de farinha de mandioca nas tradicionais casas de farinha.

Revestido de grande importância, o cultivo de algodão também passou a integrar as atividades econômicas da formação alagoana, sendo a única atividade que se desenvolveu ao ponto de competir em importância com a cana-de-açúcar, representando a segunda principal atividade econômica e alcançando junto com a cana quase que a totalidade da economia produtiva alagoana⁷. Para Andrade (2008, p. 143) desde “1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços”.

Vale salientar que, especialmente, a monocultura da cana instalou-se da faixa territorial do litoral às bordas do Agreste, enquanto que a cultura do algodão se instalou sobretudo na faixa territorial do interior do estado, sendo tal distribuição justificada principalmente pelas condições dos terrenos, que em cada caso são mais propícios a cada tipo de cultivo. O algodão permitiu inclusive a expansão da indústria têxtil em Alagoas, setor que passou por diferentes fases de desenvolvimento, tendo

⁶ O fumo se desenvolveu nas terras alagoanas de maneira expressiva até a década de 1990, sendo cultivado na Região Fumageira de Alagoas, constituída pelos municípios de Arapiraca, Craíbas, Coité do Noia, Campo Grande, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana.

⁷ Para Diégues Júnior (2006, p. 118): “O fato é que a cultura do algodão se deu amplamente nas terras alagoanas. E saliente-se a coincidência do plantio de malvácea para fins mercantis se ter verificado em terras de um engenho de açúcar; algodão e açúcar dando-se a mãos no domínio quase absoluto que tem tido na economia alagoana”.

alcançado o número de treze fábricas no estado e chegando ao ápice entre 1930 e 1950. De acordo com a FIEA (2018, p. 63):

Após um primeiro momento, vivido entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, a indústria têxtil alagoana chegou ao seu amadurecimento nos anos 1930, passando a apresentar uma configuração que a colocava como polo decisivo de alternativa econômica mais progressista.

Nos dizeres de Oliveira (1977, p. 46) “O ‘Nordeste’ agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão”. Desta forma, as plantações de algodão foram para Alagoas, assim como para o Nordeste, uma das principais bases produtivas. No caso alagoano, conforme expõe Lima (1965, p. 242-243) “O algodão teve também nos primórdios de nossa colonização uma atividade acentuada, facilitando o povoamento do interior alagoano, com as plantações que ajudaram as fazendas de gado a se fixarem na zona sertaneja”.

Como bem observam Tenório e Lessa (2013, p. 9):

No estudo da formação econômica de Alagoas o algodão surge como um produto agrícola que também se estabeleceu na base do trabalho escravo da grande propriedade, voltada para o mercado externo, que teve uma situação diferenciada ao evoluir da monocultura para a pequena e a média propriedade e do consórcio com outras atividades, como a lavoura da cana de açúcar a pecuária.

Neste contexto, as atividades da criação de gado e os cultivos de cana-de-açúcar e de algodão foram as bases de maior relevo da formação econômica das Alagoas, representando também as atividades que foram permitindo a ocupação e a formação deste território⁸ nas configurações conhecidas nos dias atuais.

Para o desenvolvimento dessas atividades, os meios de transporte desempenharam um papel de grande notoriedade. Como assinala Corrêa (1994, p. 97), “os meios de transporte tiveram um papel decisivo na vida urbana de Alagoas e na sua evolução”. Desta forma, a consideração dos transportes é indispensável ao entendimento das atividades econômicas nos lugares, não podendo ser diferente no caso da produção e escoamento do açúcar no Nordeste brasileiro, com participação essencial tanto no período dos engenhos, quanto no das usinas. Importa destacar que a morfologia do território alagoano foi muito importante para a evolução dos

⁸ De acordo com Carvalho (2015, p. 22), “Em 1706, concluída a expulsão dos indígenas, com a pecuária espalhada pelo agreste e sertão e a cana de açúcar dominante em trechos da zona da mata, terminava o processo de ocupação territorial.”

diferentes modais de transporte, sobretudo os três de maior notoriedade: rios, ferrovias e rodovias.

No período inicial da colonização, além do uso de carros de boi e cavalos, os rios representaram a principal base de transporte, fator que justifica a localização dos engenhos e das primeiras aglomerações em suas proximidades. Andrade (2010) destaca que no período inicial de instalação dos engenhos – na época dos engenhos de banguê – os rios representaram o principal meio de transporte, tanto para a locomoção de pessoas, como para o escoamento da produção açucareira. Nesse sentido, também assevera Diégues Júnior (2006, p. 113):

Cortado o território alagoano por um vasto sistema hidrográfico, é natural que a água dos rios seja meio de transporte mais fácil ao escoamento da produção. Se assim foi ainda no século XIX em grande escala, diferente não deveria ser nos séculos anteriores, quando os meios de transporte eram mais deficientes.

Vale notar que os rios também estiveram ligados a outras atividades essenciais à manutenção do bom funcionamento dos engenhos, fornecendo água para realização de outras atividades da fazenda, como o trato dos animais e atendimento às necessidades das famílias. Destaca-se ainda que na organização dos engenhos o transporte era dividido em dois seguimentos, ora era realizado pela água, usufruindo-se dos rios e utilizando-se de barças e canoas, e ora por terra, realizado a partir da força animal. Exemplo disso é a ampla utilização de carros de boi para transporte da cana, do açúcar e de pessoas, e o uso de cavalos como meio de transporte para os senhores de engenho conforme esclarece Diégues Júnior (2006).

O advento da estrada de ferro em Alagoas⁹ mudou radicalmente as relações de transporte nesse território, modificando as relações de escoamento de produção e a configuração urbana, possibilitando o surgimento de novas relações econômicas, o crescimento das principais cidades e a inserção de outras na rede urbana alagoana e nordestina. Inclusive, de acordo com Lima (1965, p. 334) “historicamente, as estradas, que, em Alagoas, iniciaram um estímulo para as indústrias modernas, foram as ferrovias; sendo mais atuantes a partir de 1900, quando surgiram em maior número as usinas e fábricas de tecidos”.

A estrada de ferro foi mudando as condições urbanas dos locais por onde passava, influenciando a vida comercial do estado no sentido que possibilitou o

⁹ “Tem-se o ano de 1864 como marco inicial da história ferroviária nas Alagoas” (Tenório, 1996, p. 95).

aumento da circulação de mercadorias e de pessoas em suas proximidades. Para Corrêa (1994, p. 109):

A vida urbana de Alagoas neste período de predominância do transporte ferroviário se desenvolve, impulsionada pelas relações mais fáceis devidas a este novo meio de transporte. Num prazo relativamente curto, de fins do século passado até a segunda guerra mundial, a rede urbana alagoana sofreu verdadeira revolução, devido à construção e ao estacionamento da ferrovia em diversos centros urbanos.

As “fitas de aço”¹⁰ não apenas impactaram nas questões econômicas e na organização da rede urbana das Alagoas, como também influenciaram diretamente o modo de vida das pessoas, possibilitando inclusive novos hábitos na vida social dos alagoanos. Tal interferência é capitada por Tenório (1996, p. 106) da seguinte maneira:

A província sofreria as influências que o trem levou para as demais regiões onde apareceu: facilitaria o conhecimento da corte e do mundo, a discussão de temas políticos, sociais, científicos e culturais. A leitura de jornais passaria a ser um hábito obrigatório nas viagens. Maceió aumentará os seus serviços públicos, suas diversões, atraindo a gente do interior, os fazendeiros. Os homens de negócio passarão a viajar com mais frequência às cidades servidas pelos trens e aos locais vizinhos. As revistas ilustradas completarão uma cultura orientada pelas ideias progressistas. Surgirá um tipo de crônica falada pelos passageiros, pelo pessoal dos trens e pela alegria irreverente de alguns elementos jocosos, que levariam para a ponta dos trilhos, o sal de suas anedotas.

É notório que o desenvolvimento técnico proporcionou mudanças expressivas nos meios de transporte, tornando-os mais rápidos e dinâmicos, situação que interferiu diretamente nas questões produtivas e urbanas do território alagoano. Inicialmente, como verificado os rios foram de grande importância para a instalação e permanência da atividade canavieira a partir dos engenhos tradicionais. Já a partir da chegada das estradas de ferro houve uma verdadeira transformação na vida urbana possibilitando maior rapidez ao escoamento da produção e fortalecendo o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e do algodão.

Posteriormente, foram as rodovias que passaram a dominar as relações dos transportes em Alagoas, alterando as relações da rede urbana, redefinindo a hierarquia das cidades e desenvolvendo as atividades produtivas de maneira mais expressiva. As rodovias atingiram um alto patamar de importância e se firmaram como o principal

¹⁰ Expressão utilizada por Tenório ([1979] 1996, p. 99) para referir-se as estradas de ferro em Alagoas.

meio de transporte no estado, situação que acontece também a nível nacional e que permanece até os dias de hoje estimulada sobretudo pela indústria automobilística. Sobre este modal Corrêa (1994, p. 109) esclarece que:

A vida urbana em Alagoas, após a segunda guerra mundial, passaria a ser afetada por um novo meio de transporte, o rodoviário, meio este que acarretou profundas alterações, reforçando a posição hierárquica de alguns centros, reduzindo a de outros. Se, de um lado, facilitou a ampliação das relações urbanas, de outro, permitiu o entrosamento melhor da rede alagoana à nordestina comandada por Recife, reforçou as ligações da rede regional com Salvador e estabeleceu contatos diretos com os grandes centros do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a diminuição dos transportes pelos rios e a desorganização da rede ferroviária, o transporte rodoviário ganhou força em Alagoas, modificando as relações entre os centros urbanos e, inclusive, criando aquilo que Corrêa (1994, p. 109) entende como “cidades nós rodoviários”, referindo-se às cidades de maior importância na rede urbana e que interliga os principais centros urbanos em termos regionais. Este modal mudou a organização dos transportes no estado e passou a deter a maior influência nas questões produtivas do território, além de possibilitar maiores relações com as grandes cidades nordestinas e brasileiras.

Portanto, não aleatoriamente as atividades produtivas que marcaram a história econômica de Alagoas são as mesmas que proporcionaram o desenvolvimento do processo de industrialização¹¹. A indústria em Alagoas é originária na atividade agroindustrial canavieira, a qual se atribui importância de primeiro grau, inicialmente com a produção de açúcar nos engenhos e posteriormente também com a produção de álcool nas usinas modernas.

Em segundo grau de importância tem-se a atividade agroindustrial algodoeira, que permitiu a construção da indústria têxtil no estado. Ainda com um grau de menor importância tem-se as atividades de menor proporção, como a produção de aguardente nas destilarias e nos alambiques, a produção de farinha de mandioca e de outros produtos alimentares, além da atividade fumageira no agreste do estado. A propósito, como já enfatiza Lima (1965, p. 179):

Quanto ao desenvolvimento do Estado, concebemos ter sido a sua

¹¹ De acordo com Andrade (1993, p. 22), “O processo de industrialização do Nordeste iniciou-se na segunda metade do século XIX. Ele estava ligado à agricultura da cana-de-açúcar e do algodão, desenvolvendo a implantação de usinas de açúcar e de fábricas de fiação e tecelagem [...]”.

evolução industrial, começa, praticamente desde a instalação dos engenhos de açúcar e sua posterior substituição pelas usinas, este surto incrementou-se, ainda mais com o aperfeiçoamento de nossa indústria têxtil e a instalação de fábricas de produtos alimentares, além de outras menores.

Deste modo, o processo de desenvolvimento das bases econômicas de Alagoas é ancorado em atividades monocultoras que resultaram em uma forte concentração fundiária e de capital. Possibilitando uma grande concentração de riquezas, que segundo Carvalho ([1982] 2015) impediu o desenvolvimento do mercado interno, pois as relações sociais e políticas concebidas ao longo dos séculos travaram Alagoas.

Abordando a questão canavieira no Nordeste, Andrade (2010, p. 130) enfatiza que “a concentração fundiária chegou a tal ponto que as usinas dispõem de terras em quantidades muito superior à sua capacidade industrial, possuindo assim amplas áreas completamente inaproveitadas”. Também Guimarães (1989, p. 69), verifica a presença das grandes propriedades no caso da pecuária, destacando que “entre os fazendeiros de gado, desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terras, que eles mesmos não podiam controlar”. Desta forma, fica claro que os latifúndios representam uma marca histórica no impedimento de crescimentos dinâmicos para o Nordeste e para Alagoas.

Essa organização econômica baseada no latifúndio proporcionou uma maior afirmação das oligarquias, constituída por famílias tradicionais na estrutura do poder das Alagoas e que possibilitou sem maiores dificuldades o desenvolvimento das atividades econômicas por elas comandadas. Esse controle é facilmente possível em Alagoas, pois conforme expõe Tenório (2009, p. 109):

Na verdade, a estrutura de poder, os mesmos grupos, as mesmas famílias continuam a ter domínio das decisões governamentais e o acesso privilegiado aos eventuais detentores de poder, e a ser consultadas e atendidas nas questões fundamentais. O patriciado rural, sobretudo o ligado ao açúcar, detém o controle do processo político.

Em consonância, ao discutir o latifúndio brasileiro, Guimarães (1989) considera que a persistência de um sistema agrário baseado na grande propriedade latifundiária é a justificativa pelo atraso econômico do país. Esclarecendo ainda que “apesar dos rudes golpes sofridos ao longo de sua existência de quatro séculos, o sistema latifundiário brasileiro chegou aos nossos dias com suficientes poderes para manter firmemente em suas mãos o controle de nossa economia agrária” (Guimarães, 1989, p.

177).

Conforme enfatiza Oliveira (1977, p. 59) a cana-de-açúcar foi para o Nordeste a base que possibilitou a formação das burguesias que controlam a economia, “este é um truísmo sobre o qual não pode haver nenhuma divergência de fundo”. No caso específico de Alagoas, conforme aborda Carvalho (2015, p. 49) “a estrutura de propriedade da terra, com o conseqüente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas”.

Neste contexto,

O sistema imposto por uma minoria – as classes dominantes – sobre uma maioria dominada elabora uma série de padrões sociais que corresponde aos seus interesses e aspirações, e se utiliza dos aparelhos do Estado para fazer a atividade de repressão e legitimidade dos ideais elaborados (Andrade, 1984, p. 31).

Confirmando que o latifúndio continua hegemônico em Alagoas, os dados dos censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) demonstram que a estrutura fundiária do estado permanece ao longo dos anos com grande concentração de terras em poucas propriedades.

Conforme apresenta o Tabela 1, a série história segue um comportamento de permanência das bases fundiárias. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares são muitos em quantidade, mas ocupam pouca área do espaço alagoano, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares – e aí encontram-se os classificados como grandes propriedades – são poucos em quantidade, mas ocupam a maioria esmagadora da área alagoana.

Tabela 1 – Alagoas: estrutura fundiária (1975-2006)

Classe de área (ha)	1975		1985		1995		2006	
	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)
Menos de 10	90.514	247.175	117.068	270.333	92.736	220.023	95.791	226.34
De 10 a menos de 100	21.246	609.516	21.649	632.979	18.625	545.369	18.774	526.56
Total menos de 100	111.760	856.691	138.717	903.312	111.361	765.392	114.564	752.90
100 a menos de 1000	3.565	961.677	3.829	1.063.007	3.487	963.371	3.027	789.18
1000 e mais	250	466.055	225	397.445	190	413.689	200	570.48
Total mais de 100	3.815	1.427.732	4.054	1.460.452	3.677	1.377.069	3.227	1.359.67
Total	115.575	2.284.423	142.771	2.363.764	115.038	2.142.461	117.791	2.112.57

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários. Elaboração própria.

Para se ter ainda maior clareza dessa concentração de terras, os dados do censo agropecuário de 2006 apresentam que aproximadamente 64% das terras alagoanas estavam em propriedades com mais de 100 hectares, sendo aproximadamente 27% da área total do estado pertencente a propriedades com mais de 1000 hectares. Contra isso, aproximadamente 35% das terras alagoanas pertenciam a estabelecimentos com menos de 100 hectares. Isso expressa que bem menos de 10% dos estabelecimentos concentram 65% das terras alagoanas, enquanto que em mais de 90% dos estabelecimentos concentram apenas 35% da área total.

Com isso em tela, conforme apresentado pela FIEA (2018), a trajetória da indústria em Alagoas se desenvolveu em diferentes cenários, iniciando ainda em 1850. Nessa evolução, inicialmente a indústria de Alagoas se caracterizou a partir de um povoamento estimulado pela presença dos engenhos de açúcar e das fazendas de criação de gado, caracterizando-se como uma economia de bases agrárias. Posteriormente, a partir de novas condições técnicas ligadas às atividades produtivas, foram fortalecidas as atividades dos engenhos e o desenvolvimento do cultivo de algodão, seguido da expansão da indústria têxtil. “Na realidade, os engenhos de açúcar, a indústria têxtil e a agroindústria açucareira/alcooleira, deram início ao processo de industrialização do estado de Alagoas” (FIEA, 2009).

As informações da FIEA (2018) demonstram que as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelo tímido surgimento de outros setores de atividade industrial, com a presença de uma postura participativa por parte do governo do estado. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990 os avanços foram interrompidos, marcando um período de crise decorrente também de fatores externos à economia estadual, tanto fatores nacionais como internacionais. Conforme Medeiros (2013, p. 67-68), a situação econômica complica com a crise, “que atingiu o estado na década de 1980, mas que se ampliou na década seguinte, levando o setor público estadual a encarar um processo de instabilidade profunda mediante a dívida do estado com a União que perdura até os dias atuais, decorrente da Crise Conjuntural”.

Neste contexto, a evolução da atividade industrial em Alagoas é marcada por condições históricas que não permitiram processos dinâmicos para o estado. As atividades desenvolvidas reafirmaram ao longo dos séculos uma sociedade hierarquizada, de base agrária latifundiária e dominada sobretudo pelas oligarquias da cana. A própria monocultura canavieira representa um modelo de produção de atraso

econômico¹², impossibilitando o desenvolvimento do território e, conseqüentemente, da sua população. Representa tão somente uma atividade de grande importância para os proprietários da cana, os usineiros, que detendo o capital extraído na produção, comandam os caminhos da economia baseando-se em seus propósitos. Com isso,

Os ciclos econômicos que ocuparam o espaço alagoano, onde a cana de açúcar, a pecuária e o algodão são os maios expressivos, sendo o primeiro de longe o mais influente, desde os primórdios da colonização no século XVI, formaram uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influenciaram as nossas vidas até hoje (Tenório, 2023, p. 21).

Não obstante as dificuldades internas que impossibilitaram maiores crescimentos à Alagoas, acrescenta-se ainda os fatores externos, pois o conjunto desses fatores (internos e externos) são essenciais à compreensão das dificuldades enfrentadas por este território e que refletem na sua atual configuração. Um dos fatores externos de maior relevância refere-se à localização geográfica do estado, que segundo Diégues Júnior (1954, p. 17):

A situação geográfica das Alagoas se, por um lado, facilitou a penetração e a ocupação do território, indicando as diretrizes do povoamento, atraindo os homens povoadores, por outro, constituiu um grande empecilho ao seu desenvolvimento. Isto porque, por sua posição geográfica, Alagoas se coloca sob a influência de duas grandes forças, Pernambuco e Bahia, os dois centros principais da vida colonial, que naquele tempo absorviam tudo, e conseqüentemente retiravam ao nosso território capacidade para aproveitamento de possibilidades e ampliação de seus recursos.

Deste modo, Alagoas não precisou enfrentar somente os empecilhos internos, inerentes às suas particularidades atribuídas pelas condições produtivas e de ocupação, mas teve também que lidar com situações de desconforto no âmbito comercial por estar, nos dizeres de Sant'ana (2011, p. 21), encravada entre dois grandes centros comerciais que a comprimiam, situação que inclusive tem se refletido até os dias atuais.

As indústrias locais e o novo contexto de economia alagoana no início do século

¹² Para Morais (2012, p. 172), “Essa superconcentração da economia alagoana em torno da cultura canieira é extremamente prejudicial para o desenvolvimento do estado que carecendo de outras atividades produtivas fica muito suscetível as crises do específicas do setor, bem como as crises cíclicas do capitalismo anunciadas por Kondratiev. Além dessa fragilidade, a economia deixa muito frágil a população Alagoas por deixar essa à mercê do ciclo canieiro em que grande parte dessa massa fica desempregada”.

XXI

De acordo com o IBGE, o estado de Alagoas possuía uma população estimada de 3.365.351 habitantes em 2021, com uma taxa de desocupação de 19,4% e um rendimento mensal domiciliar *per capita* de 777 reais no mesmo ano. No ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,631 e o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) em 2017 era de 4,2 nos anos finais do ensino fundamental e de 3,5 no ensino médio.

O estado tem alcançado algumas mudanças em seus quadros econômico e social nos últimos anos. No entanto, ainda insuficientes para se refletir na melhora considerável das condições de vida da população. Os tradicionais problemas enfrentados por Alagoas, como a pobreza, a violência e as altas concentrações de terras e de riquezas ainda persistem no quadro atual, não o permitindo o alcance de maiores níveis de crescimento. Ao verificar os avanços alcançados pelo estado a partir da segunda metade da década de 1990, Carvalho (2014, p. 6) ressalta que “embora significativa, essa evolução não foi suficiente para fazê-lo saltar posições até alcançar a média nacional, ou quem sabe, a nordestina, devido ao desempenho da economia e da renda, que não obteve os mesmos indicies da área social”.

No cerne deste contexto, o mesmo autor discute que Alagoas enfrenta sérias complicações econômicas por suas impossibilidades de proporcionar dinâmicas às bases produtivas, segundo o autor “para vencer seu atraso crônico, a economia alagoana precisa enfrentar estes três maiores problemas: ausência de um mercado interno, inexistência de polos dinâmicos e dificuldades financeiras do Estado” (Carvalho, 2014, p. 9).

A insuficiência do mercado interno é explicada pela alta concentração de riquezas herdada dos processos formativos, situação que como aborda Carvalho ([2006] 2014) exclui do mercado consumidor a parte majoritária da população. A inexistência de polos dinâmicos dá-se mediante a ausência de investimentos ao longo do território, já as dificuldades financeiras do Estado são justificadas pelas contas públicas complexas e endividamento que impossibilitam o crescimento.

De fato, as heranças da formação histórica alagoana impuseram ao estado profundas restrições produtivas que se refletem nas atuais disparidades internas. No entanto, no início do século XXI Alagoas apresenta consideráveis transformações nos quadros econômico e social, iniciadas a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o relativo crescimento de sua economia nos últimos 50 anos,

situação que tem alterado algumas características de sua organização econômica. De maneira mais expressiva,

Neste período recente (2000-2018), à semelhança do que aconteceu no âmbito regional, a economia alagoana, fortemente integrada e conectada ao desempenho nacional, obteve taxas positivas de crescimento na maior parte dos anos, refletindo de maneira próxima os resultados em âmbito nacional e regional (Carvalho, 2019, p. 1).

Ao estudar a configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas, Silva (2014) evidencia que a produção desse setor sempre foi a principal base econômica do estado, representando inclusive um dos principais produtores do Brasil, exportando seus produtos para países de diversos continentes. Para o autor, os investimentos no setor agroindustrial canavieiro proporcionaram a renovação das técnicas produtivas, elevando a produtividade e dando maior aproveitamento aos subprodutos. No entanto, a configuração do setor o coloca como servil ao mercado internacional, estando ligado às práticas hegemônicas distanciadas de projetos locais, representando assim um setor que usa o território como recurso para alcance de maior lucratividade e domínio de mercado, não proporcionando o desenvolvimento efetivo do território.

A monocultura da cana em Alagoas possui uma participação para a população local, no sentido que representa fonte de emprego e de renda para a população mais pobre do estado. No entanto, a permanência da monocultura canavieira não constitui um caminho promissor ao crescimento do território alagoano. As empresas da cana monopolizam a economia, ganham grandes isenções dos governos e não contribuem de maneira efetiva com o desenvolvimento econômico.

Mesmo com uma nova perspectiva econômica, o estado de Alagoas continua a apresentar baixos níveis sociais, evidenciando assim suas diversas disparidades internas. Em parâmetros gerais a economia alagoana tem apresentado comportamento dinâmico em alguns setores, inclusive com um aumento expressivo no número de micro e pequenas empresas. No entanto, não possui uma dinâmica capaz de alcançar os índices das demais Unidades Federativas do Nordeste brasileiro, caracterizando-se por uma conjuntura econômica atrasada quando comparada à dinâmica regional e nacional.

Para Gomes (2014, p. 46), “o desempenho da economia alagoana, portanto, significa um caso típico de involução econômica ao nível de baixa produtividade do sistema econômico”, pois não alcançando os níveis dinâmicos da economia nordestina

fica impossibilitado de aumentar sua industrialização, de diversificar as atividades produtivas e assim de alcançar o nível de crescimento regional. Nesta perspectiva, o quadro atual da economia alagoana é, para Gomes (2011), de “involução econômica relativa”, explicada pela conjuntura de atraso que tem refletido em perdas gradativas em relação aos demais estados nordestinos.

Um marco importante na economia alagoana, mais visível principalmente nas duas últimas décadas, é a decadência da cana no estado, caracterizada pela diminuição da produção e a maior crise do setor, acentuada sobretudo na última década. Essa diminuição da produtividade canaveira nas últimas décadas levou as usinas alagoanas a investirem fora do estado. Parafraseando Carvalho (2015), representa uma “exportação de capital”, com a instalação de novas unidades industriais sobretudo no Sudeste brasileiro, que inclusive apresentam produtividade superior as de Alagoas. Com isso, a diminuição de plantações na área tradicionalmente ocupada pela cana-de-açúcar na zona da mata alagoana tem possibilitado a cogitação de novos projetos de cultivo, como é o caso da recente presença do eucalipto em terras alagoanas e expansão da pecuária na zona da mata.

Com a diminuição da participação do setor agroindustrial canaveiro na economia, o parque industrial do estado tem apresentado a elevação de outros setores produtivos, desenvolvendo outras atividades de importância para a economia local, a exemplo do setor químico, sendo verificável inclusive a instalação de empresas de atuação nacional, sobretudo a partir dos incentivos concedidos pelo governo do estado nos últimos anos.

Além das atividades produtivas aludidas, outros setores econômicos também possuem suas respectivas participações, como o setor de comércio e serviços, responsável pela ocupação de grande parte da população alagoana. Com destaque para os serviços de distribuição comercial, representados pelos atacadistas distribuidores e para os serviços do turismo¹³, atividade de importância tradicional e que tem aumentado sua participação principalmente a partir da expansão de sua rede hoteleira, que de acordo com o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) já chega a um total de 464 meios de hospedagem em todo estado.

Além das atividades formais, as atividades informais possuem expressão

¹³ “O Turismo Alagoano alcançou um bom desempenho nos últimos anos mediante ao trabalho de divulgação contínuo de todo o trade com a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR) e Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (SEMPTUR). Este resultado é devido a diversos fatores como: melhoria na qualidade do destino, obras de infraestrutura turística, incremento da malha aérea e novos empreendimentos hoteleiros. Outro fator favorável para o setor foi o clima com uma temporada de verão longa e de poucas chuvas” (Alagoas, 2014, p. 57).

decisiva. A informalidade ocupa uma grande massa da população alagoana, sobretudo em atividades do setor terciário da economia, que mesmo não dispondo das condições e direitos garantidos no mercado de trabalho formal, representa a principal fonte de renda para uma parcela considerável da população.

Também é digna de destaque a produção alimentar na agricultura, que mesmo com uma pequena participação representa uma atividade tradicional na economia alagoana, sobretudo com a produção de culturas voltadas ao mercado local, a exemplo da fruticultura e da horticultura, que abastece principalmente o comércio popular e garante a alimentação da população, afinal é a agricultura familiar que produz a maioria dos produtos consumidos pelas famílias brasileiras.

Conforme analisa Carvalho (2019), o estado de Alagoas tem alcançado mudanças estruturais consideráveis nos últimos anos, para o autor:

Nestas duas décadas recentes, constatam-se algumas claras tendências de mudanças na economia estadual. Na agropecuária, os dois grandes setores – cana-de-açúcar e pecuária bovina – apresentaram alterações: o sucroalcooleiro reduziu de tamanho e a pecuária ampliou sua especialização na atividade leiteira. Na área de recuo da cana, ocorre um processo de diversificação agrícola, sinalizando o futuro produtivo da zona da mata. Na área urbana, no setor industrial, a cadeia da química e do plástico vem se firmando como um segmento expressivo; por outro lado, vem acontecendo um processo de industrialização baseado nas MPE's, com um crescente número de empresas industriais e de construção. Na parte de comércio e serviços, a novidade é a consolidação do setor de turismo como alternativa econômica real e a formação de uma rede de grandes empresas atacadistas, atualmente no comando e organização do setor de comércio na área varejista (Carvalho, 2019, p. 8).

Destaca-se ainda a participação das indústrias locais, com forte poder de competitividade no mercado regional. Logo, a economia alagoana no início do século XXI apresenta novos rumos, que se desenvolvem ainda muito timidamente. Vale aludir que diferente das grandes indústrias externas, as indústrias locais são atividades industriais de pequenas dimensões, com instalações restritas e organização econômica simples. Surgem como iniciativas de industriais ousados, com uma modesta organização técnica, usufruindo-se da mão de obra familiar, instalados em pequenos estabelecimentos e em grande maioria oriundas de iniciativas familiares.

Alagoas apresenta atividades potenciais em cada mesorregião de seu território, a Mesorregião do Leste Alagoano é caracterizada sobretudo pela monocultura da cana-

de-açúcar, com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural¹⁴ e forte influência do poder das oligarquias. A Mesorregião do Sertão Alagoano tem na pecuária a sua atividade de maior expressão econômica, onde destaca-se a bacia leiteira, com importância decisiva para a economia sertaneja. Já a Mesorregião do Agreste Alagoano, “por natureza”, possui uma economia mais diversificada, caracterizada por um forte setor de comércio e serviços.

Convém esclarecer que a organização da rede urbana de Alagoas está intimamente ligada à influência econômica, afinal, as principais cidades do estado são também as que possuem maior participação econômica, com influência sob as demais cidades do estado. Logo, a área de influência das cidades é atribuída pela capacidade de oferecer principalmente serviços dos mais variados e oferta de emprego.

Assim, a organização espacial da indústria em Alagoas apresenta os maiores números de unidades industriais concentrados nas cidades de maior importância na rede urbana estadual, representada sobretudo pelos municípios de Maceió e Arapiraca¹⁵, que ao longo de sua evolução econômica apresentaram aumentos consideráveis no número de indústrias instaladas e em funcionamento, destaca-se esses municípios pois representam os dois principais centros industriais do estado.

O Agreste Alagoano, com maior atenção ao município de Arapiraca, apresenta à Alagoas uma nova possibilidade produtiva, que possui importância decisiva para a economia Agrestina e a partir do declínio do setor agroindustrial canavieiro tem apresentado crescimentos consideráveis, trata-se das iniciativas industriais locais, genuinamente alagoanas, resultados de processos internos e da reestruturação da economia.

Conforme evidenciado por Santos (2014), o Agreste Alagoano conheceu no século XIX uma grande expansão econômica proporcionada pela atividade fumageira, o que tornou Arapiraca a capital brasileira do fumo e inserindo-a no comércio internacional de tabaco. Nesse sentido, segundo a autora, o fumo possibilitou a ascensão econômica do Agreste, com Arapiraca concentrando as modernas técnicas de produção e as empresas internacionais de fumo. No entanto, conforme analisa a autora

¹⁴ A questão do latifúndio é um tema central para a compreensão do processo de formação territorial do Brasil. Tratando da estrutura agrária brasileira no século XX, o estudo de Guimarães (1989) traz importantes contribuições para essa discussão. Sugere-se sua consulta.

¹⁵ De acordo com o Cadastro Industrial de Alagoas – FIEA – Edição 2013/2014, o estado apresenta um total de 4.371 unidades industriais, distribuídas nos 102 municípios do estado, proporcionando 94.816 empregos diretos. Deste quantitativo industrial, 1.053 unidades (24,09%) estão localizadas em Maceió, enquanto que as demais 3.318 empresas (75,91%) estão distribuídas nos outros municípios do estado, com destaque para a microrregião de Arapiraca com 1.482 indústrias em 2013, tendo destaque a cidade de Arapiraca com 729 indústrias nesse mesmo período (FIEA, 2014).

a produção fumageira enfrentou uma grande crise nas décadas de 1980 e 1990, possibilitando assim “a reestruturação do território da região fumageira de Alagoas” (Santos, 2014), questão que não diminuiu a importância de Arapiraca na rede urbana do estado, mas que reafirmou sua centralidade, desta vez a partir de atividades do setor terciário, pelo qual a grande maioria das cidades agrestinas possuem forte dependência.

O município de Arapiraca representa o grande centralizador de atividades econômicas do Agreste de Alagoas. Para Silva (2015), o período atual sendo caracterizado pela nova organização técnica e produtiva dos territórios, os lugares assumem novas funções que atendem às exigências dos agentes hegemônicos. O autor considera que Arapiraca ganha novas funções a partir de sua inserção no meio técnico científico-informacional e, ao analisar a expansão de ensino superior no município, verifica que sua oferta possibilita o aperfeiçoamento da população do interior do estado. Ainda segundo Silva (2015), o uso que as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem do território arapiraquense, possibilita uma especialização do território, atrai novas condições econômicas, impõe novos valores a esse território e, com isso, participa da organização do espaço.

No caso da indústria, o Agreste Alagoano também passou por um processo de reestruturação, deixando o beneficiamento do fumo e ingressando em indústrias locais, sobretudo de alimentos, que representam atualmente uma grande força competitiva e possibilidade de crescimento econômico para o território alagoano.

De acordo com os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁶, a atividade industrial contribuiu com 12,6% do PIB de Alagoas em 2017, contando em 2018 com um número total de 3060 unidades industriais e ocupando 18,5% da população que possui emprego formal. Do total de empresas industriais 71% são microempresas, 22,1% são pequenas empresas, 5,5% são médias empresas e somente 1,4% são grandes empresas. Esses dados representam que a indústria alagoana é constituída sobretudo por atividades produtivas de pequenas dimensões.

Conclusões

Alagoas construiu suas condições econômicas e sociais como resultado de seus processos formativos, baseados no favorecimento de uma pequena minoria – a classe

¹⁶ Dados do Perfil da Indústria dos Estados do Brasil. Disponível em: <http://perfilindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>. Acesso em: 10 mar. 2023.

dominante, representada pelas tradicionais oligarquias – em detrimento da maioria da população alagoana. Situação que impossibilitou processos dinâmicos ao território e que se reflete em suas atuais condições de subdesenvolvimento.

Portanto, os diversos fatores históricos permitem uma melhor compreensão da atual configuração do território alagoano. As atividades produtivas que possibilitaram a formação econômica e territorial permitiram constantes transformações nas estruturas sociais, organizando e reorganizando o espaço alagoano ao longo dos séculos, ofertando com isso as bases de compreensão das dinâmicas atuais.

Importa ainda destacar que os avanços técnicos que proporcionaram o aperfeiçoamento das unidades produtivas e dos meios de transporte foram decisivos para o desenvolvimento da indústria em Alagoas, possibilitando aumentos na produção e melhoras em sua qualidade. Sobretudo, os meios de transporte, com destaque para as ferrovias e para a malha rodoviária, que impulsionaram o processo de industrialização, fazendo-o chegar inclusive nos cantos mais opacos do território.

Logo, a atual organização econômica e territorial e mais especificadamente o processo de industrialização de Alagoas é resultado das heranças historicamente estabelecidas. Os ciclos econômicos dos principais elementos produtivos foram decisivos na condução do estado para sua atual organização do espaço. Por vezes possibilitando avanços consideráveis, por outras impactando as estruturas sociais ao ponto de impossibilitar o desenvolvimento territorial; em síntese, as heranças são mais negativas que mesmo positivas.

No entanto, mudando de contexto, a economia alagoana passa a conhecer algumas transformações a partir do início do século XXI, as novas dinâmicas territoriais surgidas após os anos 2000 tem apresentado novas possibilidades para o estado. As transformações que acometem a economia alagoana têm configurado um novo cenário no campo produtivo, alterando algumas das características tradicionais insistentemente presentes na história econômica do estado. No entanto, muitas dificuldades desse território ainda prevalecem presentes, com um grau de intensidade preocupante, situação que deve estimular esforços a contribuir com o planejamento territorial e conseguinte alteração do quadro atual.

No caso da indústria, Alagoas vem perdendo a expressividade da atividade sucroalcooleira desenvolvida no Leste Alagoano e ativando novos setores dinâmicos, como o de indústrias locais no Agreste Alagoano. Neste sentido, as atividades econômicas que são possibilidades à Alagoas carecem de incentivo do Estado, no sentido de dotar o território de infraestrutura que as permitam se desenvolver, bem

como a partir de políticas que venham a fortalecê-las a partir da valorização da indústria local que, por conseguinte, podem levar à diversificação produtiva e melhora nos índices econômicos e sociais do estado de Alagoas.

Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas**. ano 14, n. 30. Maceió: SEPLAND, 2014.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; FAPEAL, 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, [1963] 2008.

_____. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste brasileiro. *In*: MARANHÃO, Sílvio (org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. **Os rios-do-açúcar do Nordeste oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1959] 2010. (Coleção olhar de fora; v. 1.)

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CARVALHO, Cicero Pércles de. Alagoas: 2000-2018. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, edição especial, 2019.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [2001] 2009.

_____. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 6. ed. Maceió: EDUFAL, [2006] 2014.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1982] 2015.

CORRÊA, Roberto Lobado. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Geografia, Espaço e Memória**. São Paulo: Terra Livre/AGB, nº 10, janeiro-julho 92, 1994, p. 93-116.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas. **Revista Brasileira dos Municípios**. n. 28, ano 7, out/dez, Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

_____. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultural regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1949] 2006.

_____. **O engenho de açúcar no Nordeste**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1952] 2006.

FIEA. Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. **Cadastro dos Pólos, Distritos e Núcleos Industriais em Alagoas**. Maceió: FIEA/IEL, 2009. Disponível em: <http://www.al.senai.br/public/documentos/cadastro-dos-polos.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

_____. **Trajatória da Indústria em Alagoas: 1850/2017**. Maceió: FIEA/IEL, 2018.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOMES, Fábio Guedes. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**. Maceió, v. 4, n. 10, jan./abr. 2011.

_____. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a economia política contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1964] 1989.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965. (Coleção Didática do Brasil. Série Normal; v. 14).

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, [1970] 2011.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1996. p. 15-20

SILVA, Clevisson José da. **Uso do território e industrialização em Alagoas: a capilaridade da Indústria Alimentícia Popular**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Curso de Geografia, Campus I, Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2019.

SILVA, Dênis Carlos da. **Configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Sidinei dos Santos. **Uso do território e expansão do ensino superior público e privado em Arapiraca – Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Campus I, Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2015.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A Geografia, a História, e o capitalismo no território alagoano. *In*: CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de; LEITE, Angela Maria Araújo; MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Dois séculos de capitalismo no território alagoano: novos discursos, antigas contradições**. Maceió: EDUFAL, 2023.

_____. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, [1979] 1996.

_____. **Metamorfoses das oligarquias**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1997] 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: EDUFAL; SEBRAE, 2013.